

A POLÍTICA DA POLÍTICA

Bernard Crick,
***In Defense of Politics*,**
Pelican Books, 1982
(2.^a edição)

No prefácio desta 2.^a edição de *In Defense of Politics*, desde há vinte anos um dos trabalhos mais polémicos e estimulantes das disciplinas políticas, Bernard Crick confessa ter-se surpreendido com o apoio dado por sectores conservadores e liberais da vida política britânica aos argumentos dele e ralha gentilmente com estes e outros leitores por não terem «reparado» que o autor era, afinal, um socialista.

Como se este esclarecimento não bastasse, ou fosse, também ele, surpreendente, Crick decidiu acrescentar ao livro um extenso e entusiástico capítulo — «A Footnote to Rally Fellow Socialists» — onde desenvolve esse aspecto, supostamente esquecido, do pensamento político dele.

No entanto, quem tenha lido a 1.^a edição concordará que a responsabilidade por esta incompreensão não pertence totalmente ao leitor. A edição da Pelican exhibe na capa, com incaracterística exuberância, uma citação do arquiconservador Max Beloff (no *Daily Telegraph*) e, na contracapa, um crítico anónimo do *Guardian* elogia o livro pelo seu «espírito liberal». E, o que não será o mais curioso, tanto um como o outro têm a maior das razões.

In Defense of Politics é, menos (ou mais) que um trabalho de so-

ciologia política, um longo ensaio, vigorosamente normativo, acerca de uma ética política — a do Socialismo democrático¹ — entendida e dada a entender de um modo particularmente original e pessoal. E acrescentar-se-ia, sem perigo de classificação; particularmente britânica e orwelliana, liberal e romântica.

Na verdade, a defesa da política, como a actividade de conciliação e confrontação de opiniões e interesses diferentes, contra o totalitarismo, definido por ele como o tipo de governo que proíbe a política, só tem relevância e validade se atendermos às diferenciações muito particulares que Crick impõe a essas duas noções.

Quando ele diz, por exemplo, que «não existe política em regimes totalitários ou tirânicos» (p. 19), um leitor incauto, ou que até ler esta recensão desconheça este livro, poderá ser compreensivelmente levado a pensar que está mais uma vez a ser alvejado por uma visão etnocentrista e maniqueísta da pluralidade de sistemas políticos, que implicitamente recusaria, por exemplo, o estudo de regimes onde a oposição política não está institucionalizada que ousasse ir além de uma mera detecção de um determi-

¹ Já George Orwell, de quem Crick, aliás, escreveu uma seminal biografia, tinha sempre o cuidado, menos pedante do que poderá parecer, de escrever sempre «Socialismo» com maiúscula e «democrático» com minúscula, alegando o predomínio da «igualdade» sobre a «liberdade».

nado centro de decisão, único e processualmente incontestável.

Esse não é o caso. Embora Crick afirme abertamente à partida que preferiria ser governado pelo Partido Republicano de Reagan do que pelo Partido Comunista da «Rússia» ou da China, a verdade é que o seu simplismo não é, apesar de tudo, tão simples quanto isso. É perfeitamente possível encontrar exemplos inequívocos de política, que Crick a certa altura define como «a actividade através da qual é possibilitada a governação sempre que interesses divergentes numa área a ser governada se tornam suficientemente poderosos para precisarem de ser conciliados» (p. 30) em regimes que Crock classifica como totalitários: na União Soviética, por exemplo ².

A atitude em relação ao sistema político da União Soviética, teste melhor que qualquer outro para situar doutrinarmente um indivíduo, revela-nos que Crick, definindo o seu Socialismo democrático como uma concepção gradualista que acredita na conciliação eficaz e verdadeira dos três clássicos valores da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, preza estes dois últimos menos que o primeiro. Para ele, «toda esta conversa acerca da diferença completa entre a liberdade burguesa e a liberdade socialista é um *nonsense* melodramático» (p. 216), e até a sua concepção de igualdade deve muito mais a John Rawls do que a Karl Marx.

É logo legítimo supor que Crick não está tão longe do pensamento liberal (radical embora, como o de Rawls) como nos quer fazer crer

e que o seu Socialismo, ao contrário das ideias de um Ralph Miliband em *Parliamentary Democracy*, é uma doutrina que apenas se compreende, enquanto afirmação teleológica, num contexto de instituições representativas de carácter e forma liberais, deixando de fazer sentido quando inserida em estruturas de representação de inspiração marxista (como seja o centralismo democrático).

Há um ditado inglês frívolo, mas às vezes verdadeiro, que diz: «Se não fores um socialista antes dos 20 anos, é porque não tens coração; se não fores um liberal antes dos 30, é porque não tens cabeça; e se não fores ambas as coisas antes dos 40, é porque não tens alma.» Ora alma é o que não falta a Crick.

A sua definição de igualdade admite, saudavelmente, a desigualdade: «*Todas as desigualdades de poder, de status e de riqueza precisam de justificação [...] As desigualdades podem ser justificadas, mas só se for possível mostrar que essas desigualdades trazem vantagens positivas aos menos privilegiados*» (p. 219).

O problema é que, à parte certas excepções (como seja o princípio da hereditariedade de títulos e doutros recursos transmissíveis), a própria diferença que está na base da política e a pluralidade de doutrinas e de valores fazem com que seja sempre possível apresentar argumentos justificativos da vantagem dos desprivilegiados em consentir os privilégios de quem os representa, defende, emprega ou ensina.

Entrar em desacordo ou disputa com os argumentos de *In Defense of Politics* não significa, contudo, considerá-los inválidos ou inúteis. Afinal, este pequeno e agressivo livro de Crick existe, sobretudo, para nos desafiar a detectar e a tentar resolver as contradições insolúveis que as doutrinas políticas

² Vejam-se as abordagens informadas pela teoria dos «grupos de interesses» ou pelo modelo de «pluralismo institucional» de Jerry Hough em *The Soviet Union and Social Science Theory* (Cambridge, Mass., 1977). Por exemplo, John Löwenhardt, *Decision Making in Soviet Politics*, Londres, Macmillan, 1981.

tentam dizer que resolveram por nós.

É então a paixão pelo debate intelectual de ideias e doutrinas políticas, que tem conhecido um notável esmorecimento desde os frenéticos anos 60, durante os quais os grandes problemas metodológicos dos estudos políticos (ou ciência política? — até este) conheceram um nível sadio de discussão, é esta talvez já perdida paixão que Crick vem tentar, com êxito para quem for capaz de o ler crítica e cepticamente, reacender e estimular. Sobretudo a tendência recente para despolitizar certos processos e estruturas, sob o nome do progresso tecnológico e científico, como se a decisão acerca da distribuição dos recursos sociais estivesse lentamente a ser cedida pelo homem à ciência, como sonhavam Saint-Simon e Proudhon; sobretudo, esta tendência encontra nos argumentos ferozmente políticos de Crick um dique suficientemente robusto para o deter.

A ênfase que Crick dá aos valores, aos *fins* e às *doutrinas*, em detrimento dos factos, dos meios e das técnicas, num contexto actual que ainda não soube, no domínio da sociologia política, ultrapassar as conjecturas só aparentemente

despolitizadas das teorias «fim da ideologia» de Daniel Bell, constitui, afinal, uma revitalização da filosofia política (o que deveria ser) que recorda oportunamente à sociologia política (o que deverá ser) a importância central que têm os componentes ideais da actividade política. Ajudando a repor um trabalho intelectual desacreditado pela emergência sensacional dos jovens empiristas americanos da ciência política (auxiliado, dez anos depois, por *A Theory of Justice*, de John Rawls, e pelo seu adversário *Anarchy, the State and Utopia*, de Robert Nozick), Bernard Crick devolve o *porquê* e o *para quê* ao *como* e ao *com quê* dos estudos políticos.

É evidente que todos estes propósitos não se encontram explicitamente referidos em *In Defense of Politics*, mas não é dever de um discurso político assumir a responsabilidade de se relativizar, pelo que Crick expõe os argumentos dele com toda a veemência realista que caracteriza os verdadeiros românticos.

Como se poderia, aliás, defender ardentemente a política sem se ser ardentemente político?

Miguel Esteves Cardoso

A CONSCIÊNCIA DO INTÉRPRETE

**Peter L. Berger
& Hansfried Kerner,
Sociology Reinterpreted
(An Essay on Method and
Vocation),
Pelican Books, 1982**

Por «método», advertem os autores no prefácio, não se estão a referir às técnicas de investigação utilizadas pelos sociólogos, mas «a

lógica das suas investigações científicas».

Com dificuldade se procura o esclarecimento desta distinção, ou uma definição do que constitui essa lógica. No entanto, compreende-se que os autores pretendem propor aquilo a que chamam a compreensão de um trabalho sociológico no «espírito weberiano» (p. 19), que evitaria tanto a versão «positivista»